

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - CNPJ(MF) 83.571.083/0001-04 - Em Recuperação Judicial: Relatório da Administração - Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração da mutação do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como o parecer dos nossos auditores independentes. Em 2014 a Administração da empresa continuou trabalhando de maneira obstinada na reestruturação operacional e financeira do negócio e apresentou um resultado operacional antes do resultado financeiro de R\$ 25,4 milhões melhor que 2013, revertendo integralmente o prejuízo operacional antes do resultado financeiro verificado em 2013 e reduziu em 2014 o prejuízo líquido em 55,4%. Promovemos uma evolução da eficiência operacional através da otimização nos processos e nos controles operacionais e gerenciais. Encerramos o ano com um crescimento de 39,7% na receita líquida em comparação com 2013.

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, em sua íntegra, incluindo as notas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013 (em reais)			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013 (em reais)			RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Examinamos as demonstrações financeiras do FRIGORÍFICO XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração da FRIGORÍFICO XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. sobre as Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Base para opinião com ressalva: a) Os exames efetuados nos controles existentes no sistema de apuração dos estoques e custos dos produtos utilizados pela empresa indicam que a apuração do custo não se deu pela metodologia de custeio integrado. Consequentemente, não nos permitiu uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas rubricas relativas ao custo dos produtos vendidos, estoques e contas reflexas. b) Os saldos existentes no Grupo Ajustes de avaliação patrimonial, na conta Reserva - Ajuste Lei 11.638/2007, montavam em 31/12/2014, R\$ 13.186.039,50, não foram devidamente analisados pela Companhia. Por este motivo, e por não ser possível efetuarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem obter segurança razoável sobre os saldos apresentados, ficamos impossibilitados de expressar opinião sobre este saldo; c) A Companhia não possui o controle físico individualizado sobre seu Imobilizado e consequentemente as despesas com depreciações são calculadas sobre os saldos contábeis das contas do Ativo Imobilizado. Para determinar seus saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, será necessário efetuar levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado e, devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº. 1.292/10 - NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento a Resolução CFC nº. 1.177/09 - NBC TG 27. Por este motivo, e por não ser possível efetuarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem obter segurança razoável sobre o valor da depreciação devida, ficamos impossibilitados de mensurar sobre a razoabilidade do valor contabilizado; Opinião Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FRIGORÍFICO XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Ênfase - Continuidade operacional. Conforme mencionado em maiores detalhes na Nota 1, em 19 de abril de 2013, o Frigorífico Xinguara Indústria e Comércio S.A. - em recuperação judicial, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, pedido de recuperação judicial, sendo, em 24 de abril de 2013, deferido o processamento da recuperação judicial. Em 21 de Junho de 2013, a companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de suas viabilidades econômicas e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. Em 10 de Dezembro de 2013, em assembleia geral, o plano foi aprovado pelos credores, sendo posteriormente, em 11 de Fevereiro de 2014, homologado pelo Juízo da 3ª Vara Civil do Recife, ficando a readequação da estrutura financeira e patrimonial do Frigorífico Xinguara Indústria e Comércio S.A. condicionado ao sucesso das ações do plano de recuperação judicial, bem como das ações da administração para gestão do fluxo de caixa operacional no curto prazo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Demonstrações do Valor Adicionado Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros Assuntos Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram Relatório dos auditores independentes em 05 de Março de 2013, sem ressalvas. BAKER TILLY BRASIL RECIFE. Auditores Independentes S/S CRC-PE. MARCELO SÁVIO DA SILVEIRA ALVES Contador CRC-PE 11.540/O-1 390/O CLÁUDIO MENEZES DA TRINDADE Contador CRC-PE 22.808/O-9. ALEXANDRE A. BRADLEY ALVES DIR. PRESIDENTE, MARIA DO SOCORRO S. OLIVEIRA, CONTADORA, CRC 13.996/OPE
ATIVO	2014	RECLASSIF. 2013	2014	2013		
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	172.937	1.333.108				
Clientes	44.690.543	38.578.072				
Tributos a recuperar	6.193.803	4.622.194				
Estoques	10.712.141	7.807.955				
Adiantamentos a fornecedores	8.526.531	8.778.428				
Outros créditos	886.567	844.748				
Total do ativo circulante	71.182.522	61.964.505				
NÃO CIRCULANTE						
Adiantamento a fornecedores	2.075.357	-				
Tributos diferidos	21.509.422	19.325.826				
Depósitos judiciais	95.948	69.831				
Outros créditos	426.430	-				
Imobilizado	75.874.596	79.481.110				
Intangível	118.781	-				
Total do ativo não circulante	100.100.534	98.876.767				
TOTAL DO ATIVO	171.283.056	160.841.272				
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	23.939.682	16.685.931				
Empréstimos	36.902.568	22.371.352				
Obrigações tributárias	3.422.366	2.761.347				
Obrigações sociais e trabalhistas	11.507.144	13.886.382				
Adiantamentos de clientes	2.936.634	999.079				
Outras contas a pagar	4.160.398	2.303.579				
Total do passivo circulante	82.868.792	59.007.670				
NÃO CIRCULANTE						
Obrigações tributárias	7.393.762	4.299.227				
Obrigações sociais e trabalhistas	7.808.645	3.250.974				
Tributos diferidos	18.556.668	22.871.418				
Debêntures	4.229.714	4.229.714				
Outras contas a pagar	62.908.972	61.789.811				
Total do passivo não circulante	100.897.761	96.441.144				
TOTAL DO PASSIVO	171.283.056	160.841.272				
E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013 (em reais)						
Discriminação	2014	2013				
RECEITA OPERACIONAL	452.974.944	324.308.602				
LÍQUIDA DE VENDAS						
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(393.406.690)	(307.559.530)				
LUCRO BRUTO	59.568.254	16.749.072				
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Vendas	(31.102.539)	(22.382.276)				
Gerais e administrativas	(23.227.350)	(21.865.196)				
Outras despesas operacionais	(4.158.758)	(1.264.238)				
Outras receitas operacionais	989.143	1.296.429				
Total	(57.499.504)	(44.215.281)				
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.068.750	(27.466.209)				
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	1.929.108	3.319.087				
Despesas financeiras	(15.255.186)	(14.380.047)				
Total	(13.326.078)	(11.060.960)				
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.257.328)	(38.527.169)				
Imposto de renda e contribuição	(315.224)	-				
Imposto de renda diferido	1.605.585	12.856.813				
Contribuição social diferida	578.011	4.634.692				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.388.956)	(21.035.664)				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO CAPITAL (R\$)	(0,42)	(0,93)				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013 (em reais)						
Discriminação	Capital Social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZ 2012	22.560.580	35.852.561	(31.985.020)	26.428.121		
Realiz. do ajuste de aval. patrimonial		5.619.979		5.619.979		
Prejuízo Acumulados			(15.415.685)	(15.415.685)		
SALDOS EM 31 DE DEZ 2013	22.560.580	30.232.582	(47.400.705)	5.392.457		
Realiz. do ajuste de aval. patrimonial		(748.084)		(748.084)		
Prejuízo Acumulados			(9.388.956)	(9.388.956)		
Ajustes de Exerc. Anteriores		(7.738.914)		(7.738.914)		
SALDOS EM 31 DE DEZ 2014	22.560.580	29.484.498	(64.528.575)	(12.483.497)		